

---

# A questão regional e as relações de trabalho no Nordeste brasileiro

---

Marconi Gomes da Silva<sup>1</sup>  
Dr. William Eufrásio Nunes Pereira<sup>2</sup>

## Resumo

Nas últimas décadas, as transformações sócio-econômicas ocorridas nas economias mundial e nacional têm provocado contínua perda de posição relativa da “região” Nordeste frente ao Sudeste, no que concerne à participação no produto nacional. Entender essas transformações tem sido a “missão” de inúmeros estudiosos. Assim, diversos foram os trabalhos realizados nas últimas décadas visando entender e explicar essas transformações. Este “paper” procura constituir-se em mais um esboço literário a compor o acervo dos trabalhos que abordam a “questão nordestina”. Então, o objetivo deste trabalho é apresentar a “questão regional” tendo como foco analítico o processo evolutivo da economia nordestina, em termos gerais, e em termos específicos as transformações ocorridas no mundo do trabalho.

**Palavras-Chave:** Nordeste; Trabalho; Região; Ocupação.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia e aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (área de concentração: Desenvolvimento Regional) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: marconi.br@ufrnet.br.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia e aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (área de concentração: Desenvolvimento Regional) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: willa@ufrnet.br

## INTRODUÇÃO

Pretende-se no presente estudo abordar a questão regional no Brasil, tendo como ponto central de análise o Nordeste brasileiro. Tal escolha é decorrente do fato desta “região” ter se constituído, outrora, no centro dinâmico da economia brasileira, mas por ter perdido importância comparativamente a outras “regiões” do país ao longo do tempo. Assim, buscando compreender os fatores que condicionaram a trajetória sócio-econômica da aludida região, o objetivo central deste trabalho é apresentar a questão regional, enfocando o processo evolutivo da economia nordestina, de modo geral, e as transformações econômicas sobre o trabalho, de modo particular.

O estudo se desenvolve assim em cinco partes. A primeira se constitui dessa introdução. A segunda procura rever um mínimo da literatura que aborda a questão regional no Nordeste, apresentando as fases que caracterizam o processo de integração nacional. A terceira parte apresenta sucintamente o estado das relações de trabalho na região. A quarta parte consiste em uma breve conclusão e, por fim, seguem as referências bibliográficas.

## A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: O NORDESTE EM FOCO

A literatura que aborda com propriedade a Questão Regional no Brasil, tendo como fulcro a análise da economia nordestina na sua relação com as demais regiões do país, considera, até a década de oitenta, que foram três as fases que caracterizam tal processo.

A primeira fase – de *isolamento relativo* - foi caracterizada pela inexistência de relações entre o Nordeste e as demais regiões brasileiras. Em tal contexto existiam “economias satélites” cuja dinâmica ocorria vinculada à demanda externa ou, de outra parte, adstrita a cada uma das regiões isoladamente. A segunda e a terceira fases são situadas no contexto do processo de formação do mercado nacional, a partir da afirmação de um núcleo capitalista interno sediado no Sudeste (ARAÚJO, 1982; GUIMARÃES NETO, 1989; CANO, 1998).

A perda de posição do Nordeste para o Sudeste decorre das transformações sócio-econômicas ocorridas na economia mundial e, por conseguinte, na economia brasileira. Esta perda de posição econômica foi favorecida pelo desenvolvimento da economia cafeeira. Segundo Silva, o café em 1840 “já era o principal produto brasileiro de exportação” (SILVA, 1976:18). Este fato por si só não diz muito, mas considerando-se que o comércio mundial cresceu num ritmo sem precedentes, e que a economia açucareira (principal produto de exportação da economia nordestina) declinava, tornava-se evidente o aumento das desigualdades entre as duas economias exportadoras. O Sudeste assumiu assim no século passado, graças ao café, a hegemonia econômica sobre as demais regiões (PEREIRA, 1998).

A segunda fase – de *articulação comercial* - ocorreu no âmbito do modelo primário-exportador e se prolongou por toda a fase correspondente ao processo de industrialização de bens leves no país. Para se compreender esse período é necessário se examinar a crise do setor exportador nordestino, pois se torna fundamental para a compreensão do processo de articulação comercial entre o Nordeste e as demais

regiões do País (GUIMARÃES NETO, 1989). Além do mais, é preciso perceber que ocorreu, segundo Furtado (1977), o “deslocamento do centro dinâmico” da economia, do Nordeste para o Sudeste, fazendo com que o mercado interno assumisse a função precípua no processo de desenvolvimento econômico<sup>3</sup>. A partir da compreensão das duas questões mencionadas, pode-se perceber que entre os anos que se seguiram à grande crise dos anos trinta até meados dos anos cinquenta se agudizaram os “desníveis” de crescimento da economia e da renda *per capita* no Nordeste *vis-à-vis* ao Centro-Sul, caracterizando a “necessidade” de uma ação estatal de grande amplitude com vistas a reduzir esses desníveis (GTDN, 1959).

Na realidade, a gênese das disparidades explicitadas na década de cinquenta encontra-se, em boa medida, na incapacidade da economia nordestina de fazer frente à concorrência do Sudeste. Historicamente, foi na década de trinta que esta região dotou-se com as condições técnico-produtivas que lhe permitiriam romper com os vínculos de dependência em relação à economia nordestina no que concerne ao abastecimento de alimentos e de matérias-primas, notadamente de açúcar e algodão. As primeiras crises econômicas vinculadas ao declínio do preço do café no mercado internacional e as secas e geadas – em especial a de 1918 - ocorridas nas primeiras décadas foram os primeiros impulsos para uma diversificação na agricultura paulista que culminaria, na década de trinta, com o rompimento da dependência dessa região para com o Nordeste (PEREIRA, 1998). Esse fato impulsionou de outra parte, o avanço da industrialização em São Paulo e a montagem de uma infra-estrutura mínima no país nos anos cinquenta, permitindo que a indústria paulista atingisse o mercado do Nordeste, concorrendo com a indústria local.

A decorrência desse processo foi uma crise econômico-social de grandes proporções no Nordeste, que induziu o Governo Federal a uma intervenção planejada na região. A intervenção estatal ocorrida mediante a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), marcou o início de uma *terceira fase* do relacionamento do Nordeste com a economia brasileira e de uma nova redefinição de papéis na divisão do trabalho à escala nacional (OLIVEIRA, 1977).

A terceira fase – de *integração produtiva* - foi delineada, portanto, a partir de meados da década de cinquenta, no contexto da expansão modernizante da indústria nacional, com a implantação de modernos e complexos setores produtivos, e de uma nova divisão regional ou intranacional do trabalho, que se caracterizou, principalmente, pela efetivação de elevadas transferências de capital produtivo oriundo do Estado e do setor privado da economia sediada no Sudeste, para a região Nordeste (GUIMARÃES NETO, 1989).

A economia nordestina tem sido objeto de vários estudos que abordam apropriadamente as profundas transformações experimentadas pela sua estrutura econômica, revelando o caráter complementar e subordinado da economia regional, principalmente da indústria, à estrutura industrial sediada no Sudeste. O estudo de Araújo (1984) é elucidativo do caráter complementar e subordinado da economia nordestina no período. Além dos estudos já mencionados, destacam-se os de

<sup>3</sup> Este deslocamento do centro dinâmico possibilita o início de uma nova fase de desenvolvimento que, segundo alguns autores, pode ser conceituada de “industrialização restringida” (MELLO, 1982).

GOODMAN e ALBUQUERQUE (1974), MOREIRA (1979) e MAGALHÃES (1983), PEREIRA (1994) e SILVA (1999). Ademais, são exemplos de referências analíticas sobre a economia nordestina em período anterior ao da integração SINGER (1954) e GTDN (1959).

Nesta nova fase histórica - integração produtiva -, a economia nordestina, a exemplo da brasileira, logrou elevadas taxas de crescimento do produto, inclusive com o PIB da região conseguindo um leve acréscimo de participação relativa no PIB do país (de 12,4%, no período 1965/70, para 12,5%, no período 1970/80). Ressalte-se que tal performance deveu-se principalmente ao fato de que no período 1970/80, o crescimento médio anual do PIB da região conseguiu superar o do país – 8,7% contra 8,6% (SUDENE, 1999).

Não obstante, no período 1960/80, a dinâmica expansiva da produção regional tenha decorrido do crescimento de todos os setores da economia nordestina, as mais elevadas taxas de crescimento e as transformações mais significativas foram as verificadas nos setores de atividades predominantemente urbanas.

O setor agropecuário, embora tenha ampliado a sua produção em quase 80% entre 1960 e 1980, teve sua participação no PIB regional reduzida de 30,5% para 17,3%, ao longo deste intervalo de tempo (SUDENE, 1999). Ademais, registre-se que apesar do setor haver experimentado um declínio relativo na formação do produto regional, a atividade agropecuária passou por consideráveis avanços, em termos do aprofundamento das relações capitalistas no seu processo produtivo (GUIMARÃES NETO, 1989).

O setor de serviços, por sua vez, obteve, a segunda melhor performance ao longo do período: cresceu mais de 370% entre 1960 e 1980, isto é, a uma taxa média de 8,1% ao ano. Há indicações de que esse setor necessitou, também, passar por amplo processo de modernização capitalista para fazer face à nova realidade econômica vivida pela região. O dinamismo registrado permitiu que essa atividade detivesse em 1980, 53,4% da produção da região, quando em 1960 detivera 47,4%.

Na verdade, o setor cujas transformações apresentaram-se mais significativas, do ponto de vista dos efeitos gerados para a economia como um todo, foi o industrial. Registre-se que esta atividade era o foco principal do documento básico que orientou a ação da SUDENE, intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, que afirma: “o desenvolvimento [da região] só é factível mediante a diversificação da própria produção interna, ou seja, pela industrialização” (GTDN, 1959, p.10).

A indústria da região passou a apresentar resultados expressivos no quadro econômico da região devido ao resultado do esforço de industrialização desenvolvido no período pós-criação da SUDENE.

No período 1960/80, a indústria nordestina obteve o melhor desempenho dentre os setores produtivos, crescendo à taxa de 8,4% ao ano, ou seja, em todo o período o seu PIB foi multiplicado por mais de cinco. A excelente performance do setor possibilitou que o PIB industrial nordestino aumentasse como proporção do PIB da região. Em 1960 a atividade industrial contribuiu com 22,1% do PIB, em 1970, com

27,4%, enquanto que em 1980 sua participação passou a ser de 29,3% (SUDENE, 1999).

Além disso, a indústria de transformação tem representado um percentual bastante elevado do total da produção industrial no curso da história recente (pós-SUDENE) na região Nordeste. Em 1965, a produção da indústria de transformação representou mais de 61% da produção industrial; em 1980, a referida participação elevou-se para mais de 63%.

As transformações ostentadas pelos setores produtivos da economia nordestina fizeram-se refletir sobre a ocupação da força de trabalho. Assim, constata-se que entre 1960 e 1980, 18,7% do incremento da PEA regional foi absorvido pela agropecuária, 30,1% pela indústria e 51,2% pelo setor terciário. Logo, 81,3% do incremento da PEA ocupada produtivamente foi absorvido por atividades econômicas predominantemente urbanas, ou seja, aquelas que se apresentaram mais dinâmicas (GUIMARÃES NETO, 1989).

Concretamente, tal período foi fortemente caracterizado pelo aumento da importância da PEA vinculada a atividades industriais e, principalmente a atividades do setor terciário, notadamente aquelas relativas aos serviços de consumo coletivo, pois entre 1960 e 1980 enquanto o emprego industrial cresceu 2,4 vezes, o emprego nos serviços coletivos cresceu 2,8 vezes.

Vale ressaltar que o expressivo crescimento econômico do Nordeste mostrou-se insuficiente para incorporar todo o excedente de força de trabalho existente na região, pois, revelaram-se, em todo o período, elevados níveis de desemprego e subemprego na região. Por esse motivo, parte desse excedente alimentou durante todo o período os fluxos migratórios para outras regiões do país.

## **AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO NORDESTE**

No que concerne às relações de trabalho, o crescimento da ocupação nas atividades predominantemente urbanas fez-se acompanhar de um forte incremento absoluto e relativo do assalariamento em detrimento de outras formas de ocupação tais como empregadores, autônomos e de pessoas ocupadas sem remuneração.

As relações de assalariamento tiveram um avanço mais significativo nas atividades sociais (95%), na indústria (75,5%) e em 'outras atividades' (76,5%), sem contar (...) a administração pública onde (...) ocorre o predomínio absoluto da relação de trabalho pago através de salários (GUIMARÃES NETO, 1989: 235).

Em que pese o apreciável crescimento do assalariamento, parte considerável das ocupações foram exercidas em caráter de informalidade. Assim, registre-se que, em 1980, 30% da PEA vinculada às atividades econômicas urbanas integravam o "*contingente não assalariado da força de trabalho urbana*" (GUIMARÃES NETO, 1989). Na realidade, tal situação permeou a ocupação em todos os setores da atividade econômica, sendo, no entanto, sua prática mais fortemente disseminada na atividade comercial.

No citado contexto, a ocupação na região apresentou elevado grau de heterogeneidade, em parte em decorrência da própria complexidade da estrutura produtiva implantada. Assim, registraram-se contingentes de ocupação não submetidos à exploração capitalista; contingentes relacionados com a exploração capitalista, no contexto de um 'mercado geral e organizado' e contingentes participantes de um 'mercado específico' que era o relativo ao 'mercado interno' de grandes unidades privadas e empresas públicas.

A heterogeneidade foi também uma característica quanto aos níveis de remuneração. Uma primeira evidência quanto à diferenciação nos níveis de remuneração é o fato de que cerca de 28% da PEA ocupada em 1980 era constituída de autônomos e de pessoas sem remuneração. Por outro lado, neste mesmo ano, 21% das pessoas ocupadas em atividades urbanas receberam rendimento inferior ou igual a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (GUIMARÃES NETO, 1989).

O processo de diferenciação das remunerações no Nordeste envolveu inclusive setores que integravam o mercado de trabalho organizado como, por exemplo, a indústria de transformação. Esta, considerada conjuntamente, revelou, em 1980, uma relação salário médio/salário mínimo nacional equivalente a 1,94, enquanto na indústria brasileira aquela relação foi da ordem de 3,10. Por outro lado, a relação entre o salário médio do trabalhador ocupado produtivamente e o ganho médio do contingente ocupado administrativamente foi da ordem de 2,8 na indústria nordestina; enquanto situou-se em torno de 2,0 no caso da indústria brasileira (SILVA, 1999).

A heterogeneidade verificou-se não somente entre a indústria nordestina e a brasileira. Ela fez-se presente, também, entre os diversos gêneros da indústria nordestina, a exemplo do ocorrido entre as diversas atividades integrantes dos três grandes setores produtivos no Nordeste (SILVA, 1999).

Tal fenômeno encontra-se fortemente vinculado à estrutura produtiva anteriormente existente, bem como à nova base produtiva montada com fortes vínculos à estrutura de produção sediada na região mais industrializada do país, e à ação estatal no que concerne à gestão da força de trabalho, ao impor políticas salariais restritivas e ao impedir a livre organização sindical, num contexto que se apresentava, do ponto de vista econômico, propício à elevação do poder sindical<sup>4</sup>.

Assim, conclui-se que ao longo do período que se seguiu à criação da SUDENE até fins da década de setenta, a economia nordestina experimentou um forte processo de modernização na estrutura produtiva, a partir da sua inserção na economia nacional, via capital produtivo, ancorando-se na ação estatal através da montagem de capital social básico e da concessão de incentivos fiscais e financeiros, que induziu a inversão privada de capitais no Nordeste. No entanto, constata-se também que a inserção subordinada da economia regional à economia nacional foi incapaz de "resolver" o processo de "exclusão social" pré-existente, muito embora tenha ocorrido considerável incorporação de força de trabalho ao processo produtivo e um forte crescimento de assalariamento na região (GUIMARÃES NETO, 1989).

---

<sup>4</sup> Por uma questão de simplificação expositiva, outros aspectos da heterogeneidade do mercado de trabalho foram ignorados, tais como: rotatividade, vinculação ao sistema previdenciário, dentre outros.



É importante aludir-se ao fato de que as transformações aqui elencadas ocorreram no contexto de uma grande expansão modernizante da estrutura produtiva nacional, que teve início nos anos trinta e se prolongou até fins da década de setenta, propiciando a possibilidade de expansão simultânea da atividade econômica no epicentro do capitalismo brasileiro, bem como nas demais regiões do país.

A partir de então, o país ingressou na denominada “década perdida”, caracterizada por reduzidas taxas de crescimento da produção e da ocupação, explicitando o esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado nas décadas precedentes.

O país passou a enfrentar a crise do endividamento externo, sobretudo em decorrência da elevação apreciável da taxa de juros no mercado internacional. Ademais, o endividamento externo que era predominantemente privado passou a ser fundamentalmente do setor público. Neste contexto, houve recrudescimento da inflação e paralisia das atividades econômicas voltadas principalmente para o mercado interno. Assim, as atividades mais fortemente estimuladas foram às produtoras de bens com grande aceitação no mercado internacional. Diante de tal cenário, que implicava inclusive na dificuldade de efetivação do cálculo capitalista, os empreendimentos produtivos passaram a ter na esfera financeira parte apreciável dos seus ganhos.

Assim, dada à incapacidade da região mais desenvolvida do país de patrocinar um crescimento que contemplasse as demais regiões, foram geradas as condições que levaram, sobretudo a partir dos últimos anos da década de oitenta, a uma situação em que cada unidade federativa tenta solucionar “seus” problemas econômicos.

Neste novo contexto, a economia nordestina conseguiu crescer à taxa média anual de 3,3% na década de oitenta, enquanto a economia brasileira cresceu a uma média anual de 1,6%. Em toda a década, a atividade industrial foi a que apresentou a menor taxa média de crescimento anual: 1,0%. A atividade agropecuária cresceu à taxa de 1,5% e a dos serviços à taxa de 4,6% (SUDENE, 1999).

Tal quadro econômico permitiu que a força de trabalho ocupada em 1990 apresentasse a seguinte distribuição, segundo os setores de atividade econômica: agropecuária, 37,9%, indústria, 15,8% e serviços, 46,3%.

A década de noventa, por seu turno, sobretudo após a política de inserção subordinada e dependente à economia mundial, tem sido palco de um cenário econômico marcado pela retração da atividade econômica, pelo desemprego e pela precarização das relações de trabalho.

No que concerne às relações econômicas entre as diversas regiões do país, houve ingresso numa *nova fase*. Segundo a literatura econômica, a década de noventa tem sido caracterizada como sendo de *fragmentação* da economia nacional, pelo fato de que a ‘harmonia’ verificada entre o crescimento das diversas regiões do país tem sido progressivamente fragilizada, sobretudo a partir do momento em que o Estado ‘abdicou’ da condição de fomentador do dinamismo da economia nacional (PACHECO, 1996).

Diante da impossibilidade de um crescimento engendrado pela integração das estruturas produtivas das diversas regiões, a ‘saída’ tem sido, em boa medida, a busca

de alternativas diversas de reprodução e ampliação dos capitais. Nesse sentido, no âmbito da economia nordestina, a exemplo do que ocorre em outras regiões, tem-se verificado um processo de modernização de atividades produtoras de bens agrícolas para exportação. Ademais, o meio rural do Nordeste tem incorporado algumas atividades tipicamente urbanas e, portanto, assimilado elementos do denominado “novo rural” (SILVA, 1998).

A área do turismo tem sido alvo de um forte processo de investimentos com vistas ao incremento tanto do turismo interno, quanto externo. O setor bancário nordestino, a exemplo do que ocorre nas demais regiões, têm passado por um intenso processo de reestruturação e reduzido o efetivo de trabalhadores. Na atividade comercial, tem-se verificado a presença de capital internacional não somente através da implantação de novos estabelecimentos, mas também por meio da aquisição de empreendimentos pertencentes a grupos locais.

Efetivamente, o setor terciário tem sido também aquele em que se multiplica mais intensamente, o leque das atividades “informais”. Na realidade, este processo parece revelar que tal setor tem-se constituído em ‘refúgio de última instância’ para aqueles que não encontram ocupação nos setores organizados do mercado de trabalho.

No que concerne à atividade industrial, verifica-se a ação dos governos estaduais, através da ‘guerra fiscal’, no sentido de induzir a manutenção de unidades produtivas existentes, bem como a atração de novos investimentos no setor. É importante destacar que empresas estatais do setor industrial, a exemplo do energético, foram privatizadas/desnacionalizadas e têm empreendido acentuadas mudanças tecnológicas e organizacionais, mudando intensamente os perfis de uso e de remuneração da força de trabalho.

Concretamente, em termos numéricos, a economia nordestina cresceu no período 1990/98 à taxa média de 3,0%; portanto, superior à brasileira, que foi de 2,7%. Quanto aos setores de atividade econômica, os desempenhos foram os seguintes: agropecuária, -3,0%, serviços, 3,6%, e indústria, 4,3% (SUDENE, 1999).

**Quadro 1 - Nordeste - pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por setores de atividade econômica (1990 e 1998)**

SETORES DE ATIVIDADE	ANOS			
	1990		1998	
	Quant.	%	Quant.	%
Primário	6.319.482	37,9	7.924.279	39,6
Secundário	2.633.437	15,8	2.864.417	14,3
Terciário	7.703.441	46,2	9.224.562	46,1
Total	16.656.360	100,0	20.013.258	100,0

Fonte dos dados básicos: FIBGE, PNAD, 1990 e 1998.

Embora a atividade agropecuária tenha pequena participação na formação do produto regional, menos de 10%, em 1998, ocupou aproximadamente 40% da força de trabalho ocupada produtivamente. A indústria, que tem contribuído com cerca de ¼ da produção, em 1998 ocupou produtivamente cerca de 14% da PEA. O setor terciário



que, em 1998, participou com quase 65% do PIB regional, ocupou aproximadamente 46% da PEA (Quadro 1).

No que concerne à dinâmica da população economicamente ativa ocupada, sob o prisma das relações de trabalho assalariado, constata-se uma expressiva redução relativa em sua evolução ao longo da década de noventa, contrariamente ao que ocorreu no período 1960/80. Enquanto em 1990 os trabalhadores assalariados representaram 54,5% da força de trabalho (9.070.971 pessoas), em 1998, tal participação foi reduzida para 46,5% (9.300.144 pessoas). De outra parte, houve grande elevação absoluta e relativa das ocupações precárias. Este contingente fora de 7.035.768 pessoas (32,9% da PEA ocupada) em 1990 e de 10.173.203 pessoas (50,9% da PEA ocupada) em 1998<sup>5</sup>. Ademais, considerando-se que nem todo trabalho assalariado ocorre segundo o que se encontra regulamentado pela legislação trabalhista do país, depreende-se que tem havido um forte processo de precarização nas formas de ocupação da força de trabalho no Nordeste ao longo da década de noventa (Quadro 2).

**Quadro 2 - Nordeste - evolução da PEA ocupada segundo a posição na ocupação (1990 e 1998)**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ANOS			
	1990		1998	
	Quant.	%	Quant.	%
PEA – ocupada	16.656.360	100,0	20.013.258	100,0
Assalariado	9.070.971	54,5	9.300.144	46,5
Conta própria	4.980.234	29,9	5.698.085	28,5
Empregador	549.621	3,3	537.127	2,7
Não-remunerado	2.055.534	12,3	3.095.807	15,4
Outros(*)	-		1.379.311	6,9
S/ declaração	-		2.784	0,0

Fonte dos dados básicos: FIBGE, PNAD, 1990 e 1998.

(\*): Trabalho doméstico e trabalho para consumo próprio.

Quanto à dinâmica das remunerações, verifica-se, a partir da análise da evolução da PEA ocupada segundo as classes de rendimento, também, uma expressiva elevação da precarização das remunerações da força de trabalho no Nordeste. A renda gerada na região encontra-se distribuída de forma extremamente concentrada, pois, somando-se, para o ano de 1998, os efetivos populacionais que compõem as classes dos *sem rendimento* aos que recebem *até 1 salário mínimo* chega-se ao exorbitante percentual de 58,5%. Para expressar um dado mais contundente pode-se destacar que a soma da população ocupada *sem rendimento* à que recebia *até 2 salários mínimos*, em 1998, atingiu quase 80% da população economicamente ativa ocupada na região Nordeste. De outra parte, para melhor enfatizar a questão da precarização da ocupação e dos rendimentos é importante destacar que o incremento do contingente que integra o estrato dos “sem rendimento” representou 13,0% da PEA ocupada (2.169.469 pessoas) em 1990 e 22,9% (4.587.645 pessoas) em 1998 (Quadro 3).

<sup>5</sup> Estão computados como ocupantes de trabalhos precários, os efetivos de trabalhadores pertencentes às seguintes condições de ocupação: Conta própria, Não remunerados e Outros – trabalho doméstico e para consumo próprio.

**Quadro 3: Nordeste - pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, por classe de rendimento mensal (1990 e 1998)**

Classes de rendimento mensal (salários mínimos)	ANOS			
	1990		1998	
	Quant.	%	Quant.	%
Total	16.656.360	100,0	20.013.258	100,0
Até ½	2.938.177	17,6	2.262.211	11,3
+ de ½ até 1	4.105.418	24,7	4.856.784	24,3
+ de 1 até 2	3.418.835	20,5	3.939.080	19,7
+ de 2 até 5	2.592.268	15,6	2.738.924	13,7
+ de 5 até 10	816.983	4,9	765.737	3,8
+ de 10	518.971	3,1	561.837	2,8
Sem rendimento	2.169.469	13,0	4.587.645	22,9
Sem declaração	96.239	0,6	301.040	1,5

Fonte dos dados básicos: FIBGE, PNAD, 1990 e 1998.

Assim, o quadro recessivo que se esboçou nos anos oitenta e que se intensificou nos anos noventa tem induzido a economia nordestina a uma dinâmica diferenciada daquela que marcou sua trajetória de inserção produtiva à economia nacional. Entretanto, os dados acima apresentados sobre as formas de ocupações e de participação na distribuição dos frutos do trabalho permitem apenas uma abordagem com caráter geral e preliminar sobre a temática em pauta.

## CONCLUSÃO

A “questão regional” no Brasil constitui-se ainda em uma importante temática a ser estudada, principalmente, em um momento em que se debatem “alternativas” sócio-econômicas para a sociedade brasileira, após cerca de uma década e meia de mudanças na inserção do Brasil à economia mundial, em contexto de intensa mundialização do capital. Ora, não tem sentido se pensar um “projeto de desenvolvimento” para um país sem levar em consideração distintos recortes territoriais, dentre os quais encontra-se o recorte macro-regional. Certamente, uma análise dessa ordem envolverá também reflexões sobre outros recortes territoriais e analíticos, principalmente considerando-se o status que os municípios adquiriram no Brasil com a promulgação da Constituição de 1988. Assim, defende-se a importância do debate da “questão regional”, e suas implicações no mundo do trabalho, não pelo fato dela existir enquanto tal, mas porque ela é sempre mobilizada como peça de uma construção discursiva quando se encontram em jogo, disputas envolvendo fundos públicos, bem como a localização de empreendimentos econômicos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Industrialização do Nordeste: intenções e resultados”. In:

MARANHÃO, Sílvio et alli (1984)). *A questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento, processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930/1995)*. 2. Ed., Campinas: UNICAMP-IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 2).

FIBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990 e 1998.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª edição. Ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo 1977

GOODMAN, David Edwin e ALBUQUERQUE, R. C. de. *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Oficial, 1959.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1983. (Estudos para o Planejamento, 24).

MELLO, João Cardoso de. *O Capitalismo Tardio* ed. Brasiliense. São Paulo - 1982  
MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PACHECO, Carlos Américo. “Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional”. *Economia e Sociedade*, Campinas, (6): 113-40, jun., 1996.

PEREIRA, William E. Nunes. *A Evolução Econômica de Campina Grande: Uma Avaliação da Economia Municipal a partir do Comércio*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal da Paraíba – 1998

\_\_\_\_\_, *Intervenção do Setor Público no Nordeste*. Monografia de graduação em Economia - Universidade Federal da Paraíba - Campus II -1994

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. Ed. Alfa Omega - São Paulo. 1976

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed., Campinas: UNICAMP-IE, 1998.

SILVA, Marconi Gomes da. *Distribuição de renda no Nordeste: um estudo da indústria de transformação (1959/1980)*. Natal: EDUFRN, 1999.

SINGER, Hans W. *Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste*. Recife: 2. ed. São Paulo: (s.n.), 1954.

SUDENE. *Boletim conjuntural* – Nordeste do Brasil, n. 6. Recife: SUDENE, agosto/1999.

---

<sup>i</sup> Agradecemos a colaboração do Prof. Dr. André Luís Cabral de Lourenço, do Departamento de Economia da UFRN, pela leitura e sugestões.